Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : OESP

DATA : 25.9.77

CLASS. :

PG. :

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
DOC IJ025

OESP

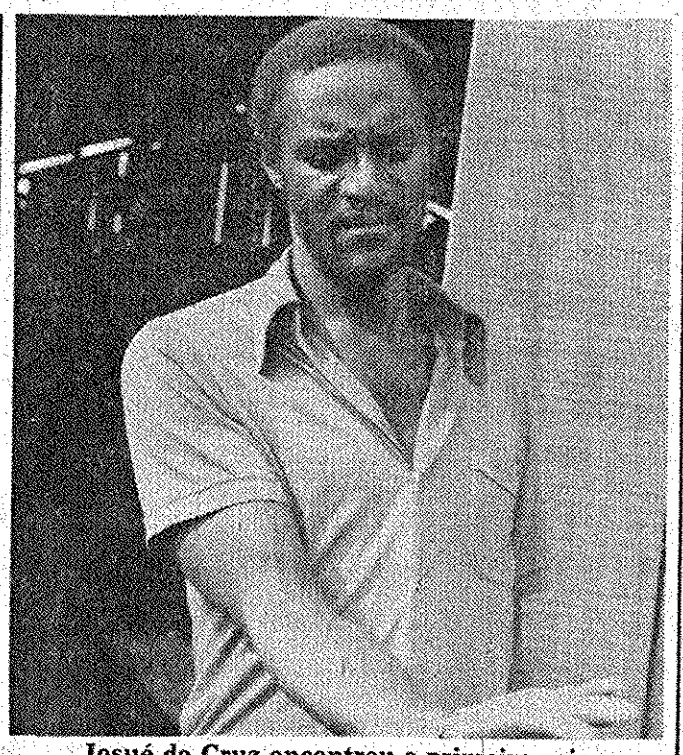
DOMINGO — 25 DE SETEMBRO DE 1977

Ouro: estimativas vão a 19 mil t

LUCIO FLÁVIO PINTO
Enviado especial

Em bem situados gabinetes de três Ministérios, em Brasília, fala-se numa jazida de 90 bilhões de dólares, três vezes a dívida externa brasileira atual. Na área de pesquisa, os técnicos preferem não comentar. Na verdade, ainda é impossível dizer quanto ouro existe entre os rios Araguaia e Xingu, no Sul do Pará, mas sabe-se que há o suficiente para levar a Docegeo — empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce — a deslocar para a área quase 250 homens e investir maciçamente no Projeto Andorinhas, provavelmente o mais importante dos que está executando atualmente.

Se as primeiras estimativas são procedentes, devem existir pelo menos 19 mil toneladas de ouro nos 90 mil hectares onde a Docegeo concentrou suas pesquisas, 250 quilômetros ao Sul de Marabá, entre a margem da estrada Marabá-Conceição do Araguaia, a Serra das Andorinhas, o rio Araguaia e os povoados de entrocamento, seus limites. Essa reserva significaria 15 vezes a produção mundial de ouro e seria assombrosa em termos nacionais: as reservas de ouro no Brasil não chegam a 200 toneladas e sua produção, em 1975, foi avaliada oficialmente em 5,3 toneladas. As jazidas do Pará, confirmadas as previsões, seriam a maior ocorrência de ouro de todos os tempos, capaz não apenas de resolver o angustiante problema da dívida externa brasileira, mas também de mudar a estrutura da própria economia nacional.



Josué da Cruz encontrou o primeiro veio

Muito otimismo na área federal

A descoberta desses depósitos auríferos vem sendo mantida em sigilo e, talvez por isso, cercada por uma aura de mistério e fantasia. Funcionários de elevada graduação dentro do governo federal têm transmitido, em conversas reservadas, seu otimismo sobre essa descoberta. Segundo eles, a estimativa oficial é de que haja realmente uma reserva de ouro no valor de 90 bilhões de dólares, uma quantia absolutamente fantástica, se verdadeira. Mas nenhum técnico comenta essa informação, tanto sob a alegação de que existem ordens expressas para não comentar o assunto, mas também porque não parecem levar muito a sério essa avaliação.

Na verdade, nenhuma tentativa de cubagem e avaliação econômica foi realizada até agora. Talvez a iniciativa de certos funcionários federais graduados de fornecer uma estimativa tenha a intenção de obter rendimentos antecipados para uma descoberta que já se sabe ser importante. Um técnico do Projeto Andorinhas disse que o ambiente de trabalho se assemelha ao da prospecção de petróleo na costa marítima: devido a todos os indícios favoráveis, o otimismo é generalizado, aumentando à medida que se atingem escalões mais altos da hierarquia.

Mas não se trata propriamente de uma descoberta. O ouro já é conhecido há muito tempo nessa região do Araguaia, mas as dificuldades naturais e o exercício de outras atividades econômicas mais imediatamente rentáveis, como a borracha, a extração de madeira e a pecuária, além da não-ocorrência de um caso favorável nas garimpagens, manteve esse ouro inexplorado. Entre 1955 e 1962 o Projeto Araguaia, coordenado pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e financiado pelo SPVEA, hoje Sudam (Superintendência do Desnvolvimento da Amazônia), foi realizado nessa área justamente para inventariar os recursos minerais tidos como abundantes em 420 mil quilômetros de terras entre o Tocantins e o Xingu.

O Projeto Radam confirmou a relevância da área, indicando como seus principais recursos minerais o ferro, manganês, estanho, diamante, calcário e argilas, mas registrando, também, as promissoras ocorrências de ouro, platina, cromo, titânio, níquel, chumbo, alumínio e carvão. Em algumas áreas do rio Tocantins, abaixo de Marabá, onde é explorado o diamante, os técnicos constataram que o teor de ouro nos aluviões podia alcançar três gramas por metro cúbico, teor que consideraram "convidativo face ao alto preço do ouro no mercado internacional".

Baseados no levantamento do Projeto Araguaia, técnicos do Radam consideraram "particularmente interessantes" os aluviões encontrados em vários rios que vão das cabeceiras do Araguaia até alguns tributários da Bacia do Xingu, a Sudoeste. E sugeriram que nessa área, de aproximadamente 1,4 milhão de hectares, fosse desenvolvido um "Programa Ouro". Quando a Docegeo decidiu executar a proposta, em 1973, sua intenção era fazer um levantamento geral dos minérios básicos existentes nessa área, onde já vinha pesquisando intensamente. Quase como um prolongamento dos levantamentos realizados em Carajás, mais ao Norte, o Projeto Andorinhas se dirigia sobretudo para o cobre, o níquel e o amianto.

EVIDÊNCIAS

Há pouco mais de um ano, porém, os técnicos chegaram à conclusão de que as ocorrências de ouro eram realmente as mais atraentes e orientaram-se para elas. "Em quase todo o lugar onde a gente furava dava ouro", comenta um dos técnicos. Após seis meses de pesquisas mais sistemáticas, nas quais já estão envolvidos quase 250 homens, divididos em dois acampamentos dentro da mata e um à beira da estrada, a Docegeo verificou que existe tanto ouro em pó como em filão e pepitas.

Os técnicos recusam-se terminantemente a confirmar se foi localizado algum veio, mas pessoas que convivem com eles em Belém, Rio Maria ou Conceição do Araguaia asseguram que sim. Além de existir ouro em muitas áreas, ele tem uma excelente densidade e boa concentração. E, a julgar pela produção já obtida pelo primeiro garimpo que se formou na área, é de bom teor, 23 quilates.

A intenção da Docegeo no momento parece ser a de delimitar melhor a área de distribuição do ouro e para isso está requerendo novos alvarás de pesquisa. A empresa ainda não tem certeza se a exploração do minério é mecanizável porque as perfurações realizadas (segundo algumas fontes já atingiram cinco mil metros, em pelo menos 30 locações) não permitem ainda chegar a esse detalhe. Mas alguns técnicos parecem convictos dessa possibilidade: eles acham que o melhor caminho a seguir seria procurar imediatamente a lavra. A partir da escolha de uma área menor, a Docegeo poderia diminuir consideravelmente a distância entre os locais perfurados para tentar encontrar logo um veio, "que nunca é muito extenso". E então faria uma exploração experimental.

Otimismo

Mas a posição oficial parece ser a de seguir o curso regular de uma pesquisa geológica, inclusive devido aos altos custos de um experimento exploratório. Porém, mesmo a esse nível, há muita pressa e expectativa. A direção da Vale do Rio Doce está otimista quanto à possibilidade de mecanização do ouro; nesse caso, ela própria assumiria a responsabilidade pela exploração econômica, com eventual e minoritária participação de outras empresas. Dentro da CVRD ainda é traumática a experiência recente com a cassiterita de São Felix do Xingu, também no Sul do Pará; foi a Docegeo quem a descobriu, mas por pressões políticas (a campanha antiestatizante estava no auge e o governo era muito sensível a ela), teve que deixar a exploração para outras companhias.

Limitada zona de garimpo

A região do Rio Maria, como é conhecida a área de atuação do Projeto Andorinhas, influenciada por um povoado de formação recente, hoje com quatro mil habitantes, tornou-se famosa pelos conflitos de terra. E provavelmente eles ainda a caracterizarão nos próximos anos porque à descoberta de ouro não se seguiu a tradicional "corrida" de garimpeiros.

Alguns chegam semanalmente não a Rio Maria, onde está localizado o acampamento central da Docegeo, mas a um outro povoado, entroncamento, que em menos de um ano de existência já tem quase oito mil habitantes, 80% deles posseiros sem terras para cultivas. A apenas dois quilômetros desse povoado e a 500 metros da estrada Marabá-Conceição do Araguaia funciona um garimpo, de onde deve estar sendo extraída, no momento, uma produção de 120 gramas de ouro por dia. Mas nenhum dos possíveis garimpeiros que chegam a Rio Maria pode entrar nesse garimpo.

Ele surgiu há quatro meses, dentro da área de pesquisa da Docegeo, quando o baiano Josue João da Cruz, 37 anos, membro de uma família de "faiscadores", descobriu algumas gramas de pó num córrego que atravessa a estrada. Oito dias depois da descoberta, funcionários da Docegeo apareceram no garimpo, para onde Josué já levara 31 homens, e disseram que a área estava sob seu controle. Desde então, por ela já passaram um general e alguns oficiais superiores, do Exército e da Polícia Militar, a direção da CVRD, técnicos do Projeto Radam e, segundo versões, assessores do general João Baptista Figueiredo, candidato à Presidência da República. Ao longo de 35 quilômetros de estrada existem placas assinalando a área do Projeto Andorinhas, na qual o ingresso é controlado.

LIMITAÇÕES

De quase 300, os garimpeiros foram reduzidos a 60 e é quase certo que em pouco tempo todos terão abandonado a área. A Docegeo estabeleceu que eles só podem trabalhar numa faixa de dois quilômetros de extensão ao longo do córrego, sem permissão para prosseguir nele depois da estrada. Além dos que foram cadastrados, nenhum novo garimpeiro pode entrar e os que saírem ou pararem de trabalhar alguns dias não receberão permissão para voltar ao garimpo. O trabalho é fiscalizado permanentemente por dois soldados da Polícia Militar que se revezam e, em dias alternados, um funcionário da Vale verifica se os que estão garimpando são os que foram cadastrados. Com todas essas limitações, rigorosamente exigidas, o garimpo durará pouco. E depois dele nenhum outro mais poderá surgir dentro dos 400 mil quilômetros quadrados requeridos pela Docegeo para a pesquisa entre o Xingu e o Araguaia.

Josué João da Cruz considera essas regras inusitadas para um garimpo, mas não se rebela. "Quem vai contra as forças, a lei e a Vale?", pergunta ele. Garante que a notícia sobre o garimpo "já está muito longe", mas não acredita que a pressão dos garimpeiros que estão chegando modifique a situação: "Está sempre chegando garimpeiro por aqui, mas eles logo verificam que não há jeito de furar o bloqueio. Procuram outro serviço até arranjar dinheiro para as despesas da viagem de volta. Só fica aqui quem não consegue esse dinheiro".

O próprio Josué talvez desista logo de continuar garimpando. Depois de ter feito despesas para a instalação de 31 homens, ele só mantém atualmente quatro, o que não lhe permite saldar as dívidas já contraídas no povoado. Mas tanto ele quanto outros garimpeiros procuram se manter porque não têm outra opção de trabalho: a maioria viera para a área em busca de um pedaço de terra, mais difícil agora do que no início, quando funcionários do governo prometiam lotes gratuitos. Com a descoberta do ouro passaram a garimpar e têm certeza de que se não fossem as barreiras criadas pela Docegeo teriam sucesso. Toda a produção do córrego só pode ser vendida à Vale, que paga 62 cruzeiros o grama. Quem vender para outra pessoa ou companhia perde o direito ao garimpo. "Se eles estão sendo tão exigentes, não querendo outros, é porque o negócio tem futuro", comenta Josué.

POSSEIROS

O futuro, porém, é delicado. O governo tem consciência de que a área é tensa e qualquer erro pode causar sérios problemas. "Não me admirarei se declararem essa área de segurança nacional, em breve", observa num hotel de Conceição do Araguaia um morador da região. Dentro dos limites do Projeto Andorinhas existem muitos problemas fundiários: 130 pessoas, entre posseiros e proprietários, com títulos provisórios ou definitivos expedidos pelo Estado, alguns falsos, ocupam parte dos 90 mil hectares onde a Docegeo concentrou a prospecção do ouro. A Sudeste do polígono há 17 mil hectares originados de um antigo loteamento, Itaipavas, disputados por um proprietário e vários posseiros. AoNorte, existe uma colônia oficial, a Floresta, que tem sido uma das mais graves áreas de conflito pela posse de terra. A Nordeste, fica a região de Perdidos, onde um grupo de posseiros atacou um destacamento da Polícia Militar, matando dois soldados. E por toda a área houve, até 1972, uma intensa ação de guerrilhas.